

O BAILE DE MÁSCARAS: O MOVIMENTO DE INTELLECTUAIS ENTRE ESTADO SUPRANACIONAL E ESTADO INTEGRAL¹

LO BAILE DE MÁSCARA: EL MOVIMIENTO DE INTELLECTUALES ENTRE EL ESTADO SUPRANACIONAL Y EL ESTADO INTEGRAL

THE MASKED BALL: THE MOVEMENT OF INTELLECTUALS BETWEEN SUPRANATIONAL STATE AND INTEGRAL STATE

Zuleide S. Silveira²

RESUMO

Este texto busca analisar a relação Estado Integral (sociedade civil e sociedade política) e Estado Supranacional (organismos supranacionais) em meio à luta que a classe trabalhadora trava no processo de (auto)formação da consciência crítica e de enfrentamento à internacionalização capitalista. Evidencia a atualidade da tese de Gramsci em torno da criação do “grande Estado burguês supranacional” na Liga das Nações, fenômeno este desenvolvido no Pós-Segunda Guerra Mundial. Incorpora a questão do emprego da categoria analítica “supranacional”, com o fito de revelar a sua historicidade, bem como significativo movimento de complementaridade entre intelectual orgânico e intelectual cosmopolita e o papel que cumprem quanto à tessitura de políticas e tomadas de decisão à revelia do debate público, mas também suas implicações nos rumos das políticas públicas em nível nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Integral. Organismos Supranacionais. Intelectuais. Hegemonia

ABSTRACT

This text seeks to highlight the importance of the analysis between Integral State (civil society and political society) and Supranational State (supranational organisms) in the middle of the struggle that the working class is locked in the process of (self) formation of critical consciousness and confrontation with capitalist internationalization. It evidences of Gramsci's thesis on the creation of the "supranational bourgeois great state" in the League of Nations as a phenomenon developed since the Second World War. It reveals the significant complementarity movement between organic and cosmopolitan intellectuals and their role in shaping policy and decision-making in the absence of public debate, but also its implications for the direction of public policy at the national level.

KEY-WORDS: Integral State. Supranational Bodies. Intellectuals. Hegemony.

RESUMEN

Este texto busca analizar la relación entre el Estado Integral (sociedad civil y sociedad política) y el Estado Supranacional (organismos supranacionales) en medio de la lucha que la clase trabajadora está librando en el proceso de (auto) formación de conciencia crítica y enfrentando la internacionalización capitalista. Destaca la relevancia de la tesis de Gramsci sobre la creación del "gran estado burgués supranacional" en la Liga de las Naciones, un fenómeno desarrollado en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial. Incorpora la cuestión de emplear la categoría analítica "supranacional", con el objetivo de revelar su

historicidad, así como un movimiento complementario significativo entre intelectuales orgánicos y cosmopolitas y el papel que desempeñan con respecto a la fabricación de políticas y la toma de decisiones a pesar de la debate público, pero también sus implicaciones para la dirección de las políticas públicas a nivel nacional.

PALAVRAS CLAVE: Estado Integral. Organismos Supranacionales. Intelectuales. Hegemonía.

INTRODUÇÃO

No capitalismo contemporâneo³, o percurso teórico-metodológico da área das ciências sociais e humanas tem sido marcado por categorias analíticas que buscam apreender a retomada de acumulação do capital na sua relação com a classe trabalhadora, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais subjetivos.

Embora carregadas de historicidade, categorias como, internacionalização, regionalização, inter-regional, birregional, organismo supranacional, entre outras que delas se originam, parecem fazer parte da “nova vulgata planetária”⁴. No entanto, elas designam bem mais do que palavras ocas e abstratas, de cunho abstrato.

Se nelas buscarmos a essência operacional e tendencial do capital, em meio as contradições e as mediações das quais fazem parte, será possível capturar o movimento de intelectuais (singulares e coletivos, cosmopolitas e orgânicos), em seus diferentes níveis de atuação (local, municipal, estadual, federal, regional, internacional e supranacional) em torno das políticas mais amplas da sociedade, mas também das reformas e contrarreformas⁵ manifestadas no seio da sociedade brasileira e, se for de interesse, de outras tantas subsumidas ao capital.

Neste quadro, urge a necessária análise dialética entre Estado Integral (sociedade civil, sociedade política) e Estado Supranacional (organismos supranacionais), que não se faz sem a necessária apreensão da luta de classes enquanto movimento ontológico-histórico-geográfico e processual. Queremos dizer com isto que, a análise dialética entre Estado Integral e Estado Supranacional somente será possível se capturarmos o movimento das classes sociais, de cujos intelectuais são de carne e osso, possuem cor, nacionalidade e gênero.

Tal análise permite capturar o real movimento da onda conservadora que traz em seu cerne a propositura e a execução de contrarreformas, em todas as dimensões sociais, particularmente no campo da educação, em todo os níveis e modalidades de ensino que, cada vez mais subsumido ao capital por mediação da política de ciência, tecnologia e inovação, responde imediata e mediatamente ao processo de internacionalização da economia⁶. Também possibilita apreender a “democracia reduzida às estratégias limitadas e admissíveis pelo capital” (FONTES, 2010, p. 255).

1 A DINÂMICA TENDÊNCIAL DO CAPITAL, GRANDE POLÍTICA E PEQUENA POLÍTICA

Como as três dimensões fundamentais do capital — produção, consumo e circulação/distribuição/realização — tendem a se fortalecer e a se ampliar por meio da internacionalização da economia, operando nas contradições entre imperialismo e dependência⁷, integração, regionalização e internacionalização, monopólio e competição, coerção, repressão e consenso, "até mesmo em condições extremamente severas de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2006, p. 796-7).

Como desvelam Marx e Engels (2007), o capital, ao se expandir, engendra uma interdependência geopolítico-econômico-cultural e de produção do conhecimento, aprofundada a partir dos anos 1970-1980, quando se inaugura nova institucionalidade político-econômica e financeira. Neste processo, entra em causa o interesse burguês de longo prazo de manutenção do poder político e da política macroeconômica e, ainda, de redução do antagonismo entre capital e trabalho, (con)formação para o trabalho superexplorado e administração dos conflitos intraburgueses. Esta dinâmica capitalista, em nível internacional, requer estabilidade e previsibilidade institucional, econômica e societária, o que implica na formulação e métodos da ação governamental no âmbito do sistema político-administrativo nacional (DREIFUSS, 1986, 2004; MÉSZÁROS, 2003), por mediação de chefes, ministros e secretários de Estado empresários, homens e mulheres de negócio e, de modo geral, tecnocratas⁸.

Estabelece, assim, determinado modo e relação de poder entre grande política e pequena política. Os conceitos de pequena política e grande/alta política, em Gramsci, guardam coerência com os "princípios de metodologia histórica", trazendo em seu bojo as noções de estrutura e conjuntura, que expressam a relação governantes e governados; coerção e estratégias de obtenção do consenso.

Para Gramsci, "no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjunturais (ocasionais, imediatos, quase acidentais). Estes dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico. Eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, levada a cabo pelos pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Já os orgânicos [estruturais] dão lugar à crítica histórico-social, envolvendo grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente" (Gramsci, 1981, p. 343-344; 2007, CC 13, § 17, p. 36-37).

Nesta perspectiva, a pequena política não é algo menor, mas sim aquela que trata de questões parciais, conjunturais e cotidianas da vida nacional, das disputas entre frações políticas na arena do Estado Integral. A grande política, denominada também de alta

política, diz respeito à fundação ou à reorganização do Estado supranacional em torno da luta, seja pela destruição, seja pela defesa ou pela conservação da estrutura econômico-social organizada em nível internacional (GRAMSCI, 2007, CC 13, § 5, p. 21-22).

Isto quer dizer que, o capital organiza, administra e regula a economia em nível supranacional, por mediação de intelectuais coletivos (organismos supranacionais) onde são estabelecidas políticas e tomadas decisões que se fazem à revelia do debate público. Ao mesmo tempo, conta com outra mediação fundamental, o Estado Integral, para o seu desenvolvimento, que vem marcado por contradições e sucessivas crises.

Reconhecendo as desigualdades econômico-sociais, educacionais, tecnocientíficas dos diferentes Estados-Nações, e delas partindo, os organismos supranacionais buscam combiná-las e integrá-las em suas particularidades e contradições, impulsionando o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista, cuja tática se desvela no movimento e realização internos do *telos* da estratégia. Um não se faz e ou se fortalece sem ou contra o outro. BM, OCDE e UNESCO⁹, em particular, remetem uns aos outros para referendar as concepções utilitárias e instrumentais da ideologia do desenvolvimento capitalista (SILVEIRA, 2012, p. 4)

É no espaço da supranacionalidade que se coordena políticas de comércio exterior, alfandegária, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial; de serviços como os de transportes e de comunicações; cooperação de propriedade intelectual; normas agroalimentares, bem como sobre a circulação, entre países, de trabalhadores, pesquisadores docentes e discentes, de bens, serviços e pacotes tecnológicos; a implantação e implementação de políticas de educação e de produção de ciência e tecnologia e respectivos instrumentos de avaliação; sobre saúde pública e previdência social; protocolos de integração da cultura, indústria cultural, diversidade cultural e patrimônio cultural, entre outras julgadas necessárias ao bem-estar do capital.

Não se pode negar que, decisões, declarações, pactos, acordos e tratados estabelecidos em reuniões especializadas, comitês e conferências¹⁰, em nível supranacional, têm implicações imediatas e mediatas no curso das políticas em nível nacional, estadual e municipal. É claro que essas decisões enfrentam as relações de poder e de classe internas à cada país, engendrando: de um lado, a ofensiva da classe trabalhadora, seu fortalecimento e radicalização; de outro, a emersão de movimentos nacionalistas, herdeiros do nazismo e do fascismo.

São manifestações da contradição fundamental entre capital e trabalho, bem aparente no Brasil contemporâneo, que propiciam os pactos entre setores ultraconservadores e liberal-autoritários, como finalidade administrar a crise orgânica do capital¹¹.

2 UMA RELEITURA SOBRE O PAPEL DO INTELLECTUAL E A NOÇÃO DE HEGEMONIA

Com Florestan Fernandes, entendemos que a compreensão das circunstâncias do contexto histórico, por parte do intelectual, bem como dos papéis políticos constitutivos que ele pode desempenhar, requer do intelectual ter em mente a natureza específica desse processo.

Quanto mais o intelectual se vincula à realidade pela ótica burguesa-institucional (papéis de intelectuais legítimos da academia), pela ótica de classes (papéis radicais de um setor desenraizado das classes médias) ou pela ótica da estabilidade da ordem (papéis desempenhados como membros natos das elites culturais, ocupando posição estratégica na informação dos *policy makers*), menos entenderá o que lhe compete fazer. E, salienta Florestan Fernandes que, o intelectual não é uma engrenagem do banco de cérebros dos donos do poder. Ele goza de autonomia (relativa) e pode assumir a identidade social e a bandeira política dos de baixo, de modo a oferecer instrumental analítico-crítico à classe dominada, com a finalidade de desmontar qualquer que seja o regime que se oponha às suas reais necessidades (FERNANDES, 1980, p. 50).

Com uma concepção muito próxima à de Gramsci, Florestan Fernandes pretende evidenciar a importância do intelectual nos processos de mudança dos grupos e instituições sociais e até mesmo da totalidade social, seja ela mudança molecular, seja por meio de revolução dentro da ordem ou de revolução contra a ordem.

Para Gramsci (2001a,CC.11; 2001b,CC.12), todos somos filósofos, independentemente da atividade intelectual própria de uma categoria profissional. Usamos o pensamento, a linguagem, realizamos cotidianamente o movimento prático-utilitário, segundo determinada consciência da realidade que pode se manifestar tanto como consciência desagregada e baseada no senso comum, no folclore, quanto consciência crítica.

[Eu] amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (GRAMSCI, LC, 2011).

No entanto, “não se pode ser filósofo [, intelectual,] sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou elementos de outra concepção” (GRAMSCI, CC.11, § 12, p. 94-95). Assim, não são todos que exercem tal papel.

Na medida em que a sociedade se complexifica e as contradições entre capital e trabalho se acirram, torna-se necessária a função político-organizativa e diretiva do intelectual, cuja finalidade é criar uma nova cultura e, sobretudo, socializar o conhecimento produzido ontológica e historicamente, de modo a unir teoria e prática, transformando aquele conhecimento em base de ações vitais (político-econômico-cultural-educacional-tecnológicas) com vistas à transformação da sociedade.

Gramsci destaca dois tipos fundamentais, igualmente importantes e complementares. Um é o intelectual cosmopolita (outrora, tradicional) e, outro, o intelectual orgânico.

Os intelectuais cosmopolitas se distinguem

dentre as pessoas mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas [que] vão para o exterior, assimilam a cultura e as experiências históricas dos países mais desenvolvidos do ocidente, sem como isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo (...) retornam ao país [de origem], obrigando o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para frente, queimando etapas (GRAMSCI, 2001b, CC.12, § 1, p. 27).

Suas atividades, os faz aparentar e apresentarem-se como um grupo social independente e autônomo em relação ao grupo dominante no poder. No entanto, o papel político que cumprem, junto ao intelectual orgânico, é de fundamental importância tanto para a conservação da estrutura da sociedade capitalista, quanto para a sua transformação¹².

Já o intelectual orgânico encontra-se arraigado, fundamentalmente, ao grupo social ou à classe social com a que, não apenas, se identifica, mas, sobretudo, lhe propicia a formação da consciência de classe nas dimensões econômica, política e social (GRAMSCI, 2001a, CC.10; 2001b, CC.12)¹³.

A noção ampliada de intelectual permite apreender sua movimentação, seja ele sujeito singular (professor, empresário, cientista, jornalista, padre, técnico industrial, médico, engenheiro, advogado, etc.), seja coletivo (partido, sindicato, organizações empresariais e grupos sociais como o Movimento Escola sem Partido, o Movimento pela Base, o Movimento Todos pela Educação, o Movimento Brasil Livre, o Instituto Brasileiro de Coaching, entre outros).

No que diz respeito ao papel que cumprem no campo educacional, seu posicionamento de classe e práxis (utilitária ou revolucionária) são cruciais para a execução de projetos de sociedade pois que possuem a tarefa de organizar uma cultura, haja vista a dupla função da educação, qual seja, econômica e social. Daí os atuais ataques desferidos contra o intelectual-professor porquanto ele tanto pode contribuir para manter a hegemonia dominante, quanto criticá-la, formando a classe trabalhadora para torna-se dirigente, na perspectiva da transformação.

Gramsci desenvolve a noção de hegemonia a partir das contribuições dos escritos de Lênin. Assim, para o marxista italiano,

se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, CC. 11, § 12, p. 104).

Neste sentido, Gramsci avança sobre os escritos do revolucionário russo. Segundo Del Roio (2018), hegemonia, em Gramsci, não pode ter uma definição ou uma conceituação do termo, fechada em si, mas deve ser determinada segundo o objeto de análise e o contexto no qual se insere, à medida que,

“uma fase histórica claramente política ocorre quando uma ideologia (ou um complexo ideológico) tende a se impor” [e, segue Del Roio citando Gramsci (Q.4, §38, p.458)] ‘determinando além de uma unidade econômica e política, também uma unidade intelectual e moral, sobre um plano não corporativo, mas universal, de hegemonia de um agrupamento social fundamental sobre os grupos’ (DEL ROIO, 2018, p. 87).

Fato é que, é possível observar um leque diversificado de significados para hegemonia ao longo dos Cadernos do Cárcere, “que vai da economia até a literatura, da religião até a antropologia, da psicologia até a linguística” (COSPITO, 2017, p. 365).

No que mais nos interessa, o movimento de intelectuais entre sociedade civil, sociedade política e organismos supranacionais abarca certa totalidade social semente, articulada por mediações e marcada por contradições que permeiam as relações sociais de produção e reprodução da vida ampliada segundo os interesses capitalistas.

Torna-se, pois, tarefa da esquerda comunista, não apenas, desvelar as estratégias de obtenção do consenso, as ideologias políticas, mas também, destruí-las como tática política, como momento necessário à transformação dos governados em dirigentes. É por esta razão que, Gramsci ao criticar e superar a filosofia de Croce, afirma:

para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis (...) [Diferentemente das outras filosofias que,] são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios, a sua ‘historicidade’ será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento, a filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade,

ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é instrumento de governo, de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; ela é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda, mais de si mesmas (GRAMSCI, 1987, p. 270; 2001a, CC.10, § 41, p. 387-388;).

Mas, afinal, como apreendemos a noção de hegemonia em relação ao objeto em tela? Para responder a esta questão, torna-se necessário retomar a questão da política, apropriando-nos, para tanto, de Oliveira (2007).

Os que fazem política distinguem-se por delinear os movimentos do outro (do adversário), pelo fato de impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Delimitar a agenda não significa, necessariamente, ter êxito, ganhar a disputa. Antes, significa criar um campo específico em que o adversário é obrigado a se mover, ao mesmo tempo em que tenta desvencilhar-se da pauta e sair da agenda.

Nesse campo de dissenso, de conflito ou do jogo da política, é possível capturar a sua permanente reinvenção, à medida que proposta e resposta conseguem, ambas, sair do campo anteriormente demarcado, criando uma nova situação, que representa, em si mesmo, os novos papéis dos sujeitos políticos.

Existe, pois, na política uma permanente mudança de papéis. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites da situação recém-criada pela proposta/resposta, conferindo, de certo modo, estabilidade ao campo político e mantendo em voga a pauta e a agenda das questões.

Gramsci chamaria de hegemonia à essa capacidade, no sentido preciso de uma direção político-cultural, moral e intelectual, que torna indeclináveis as questões propostas, ao mesmo tempo em que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e culturas forjadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. Nos termos de Marx e Engels, a ideologia dominante (OLIVEIRA, 2007, p.15).

Neste sentido, uma classe social, ou uma fração de classe, exerce seu domínio sobre as outras porque tem a capacidade de impor esse domínio, tanto quanto de produzir o consenso, levando os demais grupos sociais a endossar, como se fossem seus e legítimos, os interesses da classe dominante. Convém destacar que, sua capacidade está também em se antecipar, de modo contrarrevolucionário e no seio da sociedade civil, ao movimento da classe trabalhadora.

O conceito de hegemonia permite desvelar que, a direção política exercida pelo Estado, por mediação de seus intelectuais, singulares e coletivos, orgânicos e cosmopolitas, e do aparato policial e militar, não se encaminha, única e exclusivamente,

das instituições governamentais e oficiais, mas também dos aparelhos hegemônicos, partes integrantes da sociedade civil¹⁴.

3 A TESE DE ANTONIO GRAMSCI SOBRE O ESTADO SUPRANACIONAL E A GÊNESE DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Ao analisar a organização da Liga das Nações, dentre outros pactos que viam sendo realizados entre países em torno da geopolítica, Gramsci (1976; 2007) apreendeu que a organização de Estados em blocos, bem como a criação de organismos especializados e, seus correlatos, acordos, tratados e pactos, tem implicações na organização político-econômica e sociocultural no interior do Estado Integral (sociedade política e sociedade civil).

A atenção de Gramsci para os blocos político-econômicos regionais, que hoje se manifestam no Mercado Comum do Sul (Mercosul), na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e na União Europeia (UE), merece destaque.

Os acordos políticos regionais poderiam tornar-se acordos econômicos regionais, em virtude dos quais a importação e a exportação “negociadas” não se verificariam mais apenas entre dois Estados, mas entre um grupo de Estados, eliminando muitos inconvenientes claríssimos e não desprezíveis [...]. Esta tendência política poderia ser a forma moderna de Zollverein, que levou ao Império germânico federal, ou das tentativas de liga alfandegária entre os Estados italianos antes de 1848, e, avançando mais, do mercantilismo setecentista. E poderia tornar-se a etapa intermediária da “Pan-Europa” de Briand, na medida em que ela corresponde a uma exigência das economias nacionais de sair dos quadros nacionais sem perder o caráter nacional. O mercado mundial, segundo esta tendência, seria constituído por uma série de mercados não mais nacionais, mas internacionais (interestatais), que organizariam em seu interior uma certa estabilidade das atividades econômicas essenciais e que poderiam relacionar-se entre si à base do mesmo sistema (GRAMSCI, 2007, CC, t. b, §125, p. 179).

Este modo de o capital organizar-se foi denominado pelo marxista sardo de “grande Estado burguês supranacional”¹⁵.

A tese de Gramsci sobre o desenvolvimento do processo de internacionalização da economia, que tem por base a constituição de organismos supranacionais e de blocos de Estados, parte de algumas questões, quais sejam,

é ainda possível, no mundo moderno, a hegemonia cultural de uma nação sobre as outras? Ou o mundo já está de tal modo unificado na sua estrutura econômico-social que um país, mesmo podendo ter “cronologicamente” a iniciativa de uma inovação, não pode, porém, conservar o monopólio político dela e, portanto, servir-se desse tal monopólio como base de hegemonia? Então, que significado pode ter hoje o nacionalismo? Não será ele possível

apenas como ‘imperialismo’ econômico-financeiro, e não mais como ‘primado’ civil ou hegemonia político-intelectual? (GRAMSCI, 2007, CC. 13, §26, p. 75-76).

A sua hipótese é a de que estava em curso a organização do mercado mundial sob nova forma de convivência internacional no sentido de adequar-se melhor às necessidades da produção e das trocas. Observa que, do ponto de vista das burguesias locais, tratava-se de conseguir a inserção na economia em nível mundial, mantendo o superávit na balança comercial. Além deste aspecto, aponta para o posicionamento de intelectuais, particularmente os políticos, que sustentavam a necessidade de uma união europeia. “Se em x anos esta união se realizar, a palavra ‘nacionalismo’ terá o mesmo valor arqueológico de ‘municipalismo’” (GRAMSCI, 2002, CC, t.b, §78, p. 249).

Gramsci rompe com a perspectiva geopolítica do centralismo do Estado nacional, voltando-se para a perspectiva da cooperação e integração econômica que, sob a ideologia pacifista, evitaria o confronto militar.

Diferentemente da ideologia neoliberal do fim das fronteiras e do próprio Estado nacional, o Estado Integral guarda autonomia relativa em relação à força geopolítico-econômica do Estado Supranacional. Mantém soberania independente em torno de um território, organiza o mercado interno e a força espiritual da nação, com suas leis internas reconhecidas por outros Estados-Nações.

Neste sentido, toda reforma moral e intelectual (força espiritual) ocorre em nível do Estado Integral, por mediação dos aparelhos hegemônicos (estatais/públicos e privados), com base na reestruturação produtiva e na (des)regulamentação da força de trabalho, de modo que todos os sujeitos em sociedade (burgueses e trabalhadores) comportem-se coerentemente com o vigente modelo de produção.

É por isso que, uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2007, CC. 13, § 1, p. 19).

A tese do marxista sardo trata de uma especificidade de poder que reúne uma elite intelectual de função dirigente¹⁶, de modo a garantir o pleno desenvolvimento do capitalismo por mediação da unidade das burguesias locais em torno do que as irmana: o interesse político-econômico: a circulação de capitais, mercadorias, tecnologias, trabalhadores, pesquisadores docentes e discentes, bem como a manutenção da divisão internacional mesmo que se tenha a necessidade de reconfigurá-la como aconteceu no pós-derrubada do Muro de Berlim.

É a tentativa para adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais. Representa, para os Estados singulares a garantia de segurança

e de liberdade que corresponde, no interior de cada Estado, ao *habeas corpus* para a liberdade e a segurança individual dos cidadãos. É o **grande estado burguês supranacional** que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o respirar da livre concorrência e permite às grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais (GRAMSCI, 1976, p. 187-189. Negritos nossos).

Neste contexto da relação imperialismo e dependência, “toda nação importante tende a dar um substrato econômico organizado à própria hegemonia política sobre as nações que lhe são subordinadas” (GRAMSCI, 2001a, t. b, §125, p. 179).

A Liga das Nações, precursora da ONU, já expressava uma organização geopolítica de relações imperialistas que não só tem implicações na formulação de políticas em nível nacional¹⁷, bem como redefine, ontem e hoje, as lutas de classes, tendo como mediação central o trabalho de intelectuais cosmopolitas de caráter conservador.

Portanto, existe uma unidade dialética entre Estado Integral (sociedade política e sociedade civil) e Estado supranacional, que resulta de uma síntese de múltiplas determinações. Um não se faz sem ou contra o outro.

Realmente, a relação ‘nacional’ é o resultado de uma combinação ‘original’ única (em certo sentido), que deve ser compreendida e concebida nesta originalidade e unicidade, se, se quer dominá-la e dirigi-la. Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é o ‘nacional’ (...) É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação das forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais (GRAMSCI, 1981, p.340-341; 2007, t.b §68, p.314).

E, continua, Gramsci,

A classe dirigente só será dirigente se interpretar exatamente esta combinação, da qual ela própria é componente, e só como tal pode dar ao movimento uma determinada orientação, de acordo com determinadas perspectivas. (...) **O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional e podemos compreender o porquê de certas tendências não falarem deste conceito ou apenas a ele se referirem de passagem.** Uma classe internacional, que guia camadas sociais estritamente nacionais (intelectuais) e, muitas vezes, particularistas e municipalistas, deve se “nacionalizar” num certo sentido; porque antes de se formarem as condições de uma economia segundo um plano mundial, é necessário atravessar fases múltiplas em que as combinações regionais (de grupos de nações) podem ser variadas. Também não se deve jamais esquecer que o desenvolvimento histórico segue as leis da necessidade até que a iniciativa passe nitidamente às forças que visam à construção de pacífica e solidária divisão [internacional] do trabalho (GRAMSCI, 1981, p.340-341; 2007, t.b §68, p.314).

O texto de Pereira (2012), resultado de sua tese doutoral, é elucidativo para o entendimento desta relação entre Estado supranacional e Estado Integral, entre grande

política e pequena política, a que nos referimos, pois que desvela a criação do Banco Mundial na Conferência de Bretton Woods, de 1944, em um espaço, portanto, de supranacionalidade, cuja aprovação pelo Congresso do Estado norte-americano requereu enorme campanha do Presidente Franklin Roosevelt junto aos parlamentares, aos empresários, em nível nacional, de modo que o BM somente iniciou suas operações em junho de 1946.

3.1 Breves considerações sobre o emprego da categoria organismo supranacional

No campo da educação brasileira, poucas são as investigações que recorrem à expressão *organismo supranacional* como uma noção, e tampouco como categoria de análise, por três razões principais. A **primeira** refere-se ao ponto do mirante no qual pesquisador se situa, ao buscar capturar a totalidade social da relação Estado, trabalho, educação e desenvolvimento. De modo geral perde-se de vista as ações e os esforços do Estado brasileiro (sociedade política e sociedade civil) em manter a supremacia na América Latina, particularmente na região sul-americana, mas também o papel subimperialista que assume em relação a países de maior dependência econômica, como africanos, asiáticos e os próprios latino-americanos. Também desconsidera-se os processos de regionalização e integração dos blocos político-econômicos do Mercosul, UNASUL e da União Europeia e as relações que estabelecem entre si, bem como os debates travados, internamente, em torno de temas como, educação para o desenvolvimento, produção e transferência de ciência e tecnologia, internacionalização do conhecimento, cultura, diversidade cultural e formação de uma sociedade coesa e pacífica, código florestal e macrozoneamento ecológico-econômico, integração da infraestrutura entre países da mesma região¹⁸, agropecuária e normas agroalimentares, produção industrial e internacionalização dos serviços, além daqueles de ordem estritamente econômica.

Via de regra, as análises, com base na crítica à economia política, consideram a relação imperialismo, dependência e Estado Integral; incorporam elementos importantes das mediações dos organismos especializados em torno da geopolítica, da regulação da economia e do trabalho, de assuntos em educação, cultura e saúde (BM, BID, FEM, FMI, OCDE, OIT, ONU, entre outros de atuação em nível regional como CEPAL e OREALC e TROIKA)¹⁹.

Contudo, algumas delas não conseguem capturar o movimento real das políticas públicas, no âmbito do Estado Integral. devido a ideia de centralismo do Estado nacional, quando não, autônomo. Para outras, a análise da relação Estado Integral e Estado Supranacional viria desconsiderar a luta de classes interna a cada país.

A **segunda** relaciona-se à visão opaca de que, organismos criados ao final da Segunda Grande Guerra com a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento capitalista e regular o processo de internacionalização da economia/da tecnologia/do trabalho, seriam organismos que estabelecem relações inter-nacionais como algo que não passasse de uma relação bilateral. Em alguns casos, recorre-se à expressão organismos multilaterais, desconsiderando, por completo, que o termo multi-lateral tem como acepção um sistema de segmentos equipolentes situados em um mesmo plano.

Considerando a acepção do termo, o multilateralismo geopolítico poderia ser concebido como uma relação de liberdade de acordos, de comércio, de fluxo de capital, de fluxo de pacotes tecnológicos, em uma proporção tal que, a relações entre países, organismos especializados e burguesias locais seriam equipolentes ou teriam a mesma força e poder políticos capazes de manter o equilíbrio do campo de forças. O que não é possível!

As relações nas quais se inserem os referidos organismos, criados pela necessidade sistêmica de o capital controlar e regular o trabalho e a educação, são relações imperialistas, cujas burguesias locais se associam de modo subordinado e dependente aos países de capitalismo central. Afinal, o modo de organizar o movimento de internacionalização da economia “coloca frente a frente Estados hegemônicos, que não cedem um palmo de sua posição e de sua função mundial” (GRAMSCI, 2007, t.b, § 125, p. 179-180).

Neste sentido, o emprego das expressões “organismo internacional” e “organismo multilateral” pode acarretar a perda de coerência interna à própria análise, bem como implicações político-teórico-práticas no campo tenso das disputas entre Estado, trabalho, educação e desenvolvimento, na medida em que elas surgem como objetificação abstrata.

A **terceira** posição afirma que, a categoria organismo supranacional não possui historicidade.

Ora, como nosso objeto de estudo se situa na sociedade capitalista, ele é dado tanto na realidade concreta quanto no cérebro do investigador e, neste sentido, as categorias que do objeto emergem, exprimem formas e condições de existência determinadas. Em muitos casos, elas se apresentam como aspectos particulares da sociedade, pois “*a existência desta sociedade não tem início no ponto de vista científico, mas tão somente a partir do momento em que ela está em questão como tal*” (MARX, 2003, p. 255. Itálicos do autor).

Visto que a totalidade social só se realiza, processual e ontologicamente, em complexos concretos e dinâmicos que a constituem, uma determinada categoria se tomada em si, de modo abstrato, de fato, ela não possuirá historicidade própria. Mas, na medida em que se constitui em uma totalidade parcial ou um complexo semovente, segundo leis próprias, tal categoria – organismo supranacional – impõe-se histórica.

As relações das categorias umas com as outras, suas funções no processo global, não só estão sujeitas a uma mudança histórica, mas que esta também é constituída de tal forma que só num estágio mais avançado lhes designa o lugar apropriado na totalidade do processo e que elas só podem adquirir mediante a constituição que lhes é apropriada (LUKÁCS, 2013, p. 361).

A supranacionalidade existiu na Roma Antiga, na passagem da República ao Império, quando se excluía a hegemonia da Itália e a transferia para a capital sob o poder de uma “classe imperial supranacional” (GRAMSCI, 2002, CC.19, §1, p. 13), mas será, somente, na sociedade capitalista do início do século XX, com a criação da Liga das Nações, que a categoria organismo supranacional passa a revelar o fenômeno na sua essência, sendo que, no Pós Segunda Guerra Mundial, ela ganha fôlego com a criação dos organismos citados na nota de número onze, além do FMI e da Organização do Atlântico Norte (OTAN) e se fortalece a partir dos anos de 1990 com a organização de países em blocos econômico-políticos regionais .

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a categoria organismo supranacional possui, sim, historicidade, bem como é possível sustentar a atualidade de Antonio Gramsci.

3.2. A práxis utilitária dos intelectuais á serviço do capital

A organização e permanente preservação do Estado *stricto sensu* e dos organismos supranacionais requer dos intelectuais (cosmopolitas e orgânicos) uma relação processual e prático-pedagógica que se espraia por todas as dimensões da sociedade no seu conjunto, envolvendo, portanto, todos os sujeitos no processo de reforma intelectual e moral. Vejamos quatro exemplos emblemáticos de intelectuais brasileiros, três cosmopolitas e um orgânico, que, ao transitar entre Estado Integral e organismos supranacionais, fazem valer os interesses do capital no que diz respeito à necessidade sistêmica de o capital subjugar o trabalho e a educação²⁰.

Um deles é Paulo Renato Souza, Ministro de Educação nos mandatos FHC (1995-2002), que participou junto a outros ministros de educação, no âmbito do Setor Educativo do Mercosul, da decisão de criar as agências nacionais de avaliação e, seus respectivos, mecanismos de avaliação nos Estados Partes do Mercosul.

Tal decisão, se manifestou na arena do Estado (sociedade política) e apesar da movimentação contrária, na sociedade civil, levada a cabo por profissionais da educação e de seus sindicatos, não há como negar que os instrumentos de avaliação, faz quase trinta anos, fazem para da realidade da educação brasileira.

Corroborar, nesta análise, a afirmação de Maria Helena de Castro Guimarães, à época, presidente do INEP:

O Brasil entrou neste esforço a partir de 1995, de implantação de sistemas nacionais de avaliação e de indicadores educacionais, criando um eficiente sistema de informações que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, da educação infantil à pós-graduação, numa clara diretriz de governo sobre a importância estratégica de se criar mecanismos de avaliação para o monitoramento dos sistemas de ensino [...], cooperação internacional, com os objetivos de adquirir conhecimento, compartilhar experiências e expor o Brasil a comparações com outros países (CASTRO, 2000).

Maria Helena de Castro Guimarães pode ser vista como intelectual cosmopolita na medida em que participou dos comitês de educação da UNESCO e da OCDE; no entanto ela é muito mais orgânica do que cosmopolita pois suas atividades voltam-se, ora para a sociedade política, ora para a sociedade civil, estando arraigada à vida nacional. Vejamos algumas informações extraídas do seu currículo Lattes:

Atualmente é Secretária Executiva do Ministério da Educação. Foi Secretária de Educação do estado de São Paulo (2007-2009); Conselheira Titular do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e Diretora Executiva da Fundação SEADE de São Paulo (2010-2016); Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretária de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo; membro do Comitê Técnico do Movimento Todos pela Educação, do Conselho Curador da Fundação Ioschpe, da Associação Parceiros da Educação; do Instituto Natura; do Instituto Braudel; do Conselho da Fundação Padre Anchieta e Presidente do Conselho da Fundação BUNGE. Participou do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular e faz parte do Comitê Científico da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE).

O segundo é Cristóvão Buarque, professor emérito da Universidade de Brasília, político eloquente, cujo discurso aparenta ir ao encontro dos interesses da classe trabalhadora. No entanto, é orgânico da burguesia, na medida em que participou de organismos como, o Banco Interamericano, o Banco Mundial e a UNESCO. Não sem razão, no discurso de posse do cargo de Ministro de Educação²¹, no governo Lula da Silva (2002-2010), saudou seus colegas assessores do Banco Mundial, prometendo levar a cabo a contrarreforma da educação superior. Contraditório, pelo menos em seu discurso, Cristóvão Buarque, candidato à Presidência da República, no ano de 2006, apresentou-se como intelectual orgânico da classe trabalhadora, tendo como proposta revolucionar a educação.

O terceiro refere-se à Cláudia Costin. Não menos coerente em sua trajetória, depois de ter assumido o Ministério da Administração e Reforma do Estado no governo FHC, assumiu a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (2009-2014), período marcado por uma greve dos profissionais da educação, e, logo em seguida, passou

ao cargo de Diretora Sênior para a Educação do Banco Mundial (2014-2016), acumulando, assim, legitimidade para estabelecer uma relação entre sociedade civil brasileira (por mediações da Fundação Victor Civita e do Movimento Todos pela Educação) e a supranacionalidade do Banco Mundial.

Por esta razão, Gramsci não perde de vista a capacidade que a burguesia (e respectivos intelectuais orgânicos e cosmopolitas) possui de estabelecer e preservar sua liderança ético-político-pedagógica e moral mais para dirigir do que para obrigar. Esta capacidade, denominada de hegemonia, ultrapassa as fronteiras de um de Estado-Nação, envolvendo relações mais complexas em níveis local, nacional, regional, internacional e supranacional.

Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 2001a, CC.10, §44, p. 399).

Assim, os organismos supranacionais, ao reunir uma elite intelectual de função dirigente, funcionam como mecanismo de interpenetração e desdobramento dos conteúdos políticos, econômicos, tecnológicos, educacionais e culturais do imperialismo; assumem papel decisivo nas orientações de ordem política e na assistência técnica, pedagógica, metodológica e financeira no que diz respeito à formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS INCONCLUSAS

Ao longo do texto, buscamos evidenciar a relevância do estudo em torno da relação Estado Integral (sociedade civil e sociedade política) e organismos supranacionais à semelhança do Estado Supranacional, em Gramsci, que não se faz sem o movimento dialético de intelectuais, como passo decisivo para a apreensão da dinâmica capitalista, mas também como instrumento de luta da classe trabalhadora, e de sua (auto)formação da consciência crítica, no enfrentamento à internacional capitalista.

Incorporamos à análise o emprego da categoria analítica “supranacional”, com o fito de revelar a sua historicidade, mais também o baile de máscaras que se realiza na prática, cujos intelectuais, cosmopolitas e orgânico, de carne e osso, se complementam no papel que cumprem quanto à tessitura de políticas e tomadas de decisão à revelia do debate público e suas implicações nos rumos das políticas públicas em nível nacional.

Nesta perspectiva, entendemos que nas lutas de classe, internas à cada país, particularmente intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, não podemos negligenciar a dinâmica do capital na luta que trava em torno da contrarrevolução permanente em oposição a classe trabalhadora.

Urge, pois, romper com a perspectiva geopolítica do centralismo do Estado nacional e capturar o movimento de intelectuais entre Estado Integral (sociedade política e sociedade civil) e os espaços de regulação e controle, em nível supranacional, de modo que, no processo de luta, a classe trabalhadora tenha clareza sobre a dinâmica relação política, formal e institucionalizada, em níveis local, nacional, regional, internacional e supranacional, ainda, invisível, difusa e dispersa, para parcela significativa de intelectuais da esquerda.

A resposta à internacional capitalista só pode ser a internacional comunista – uma auto-organização da classe trabalhadora, em nível global, consciente da natureza ontológica do processo social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. A nova bíblia do Tio Sam. In: **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Editora da UFRGS, 2001.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A participação do Brasil em estudos e avaliações educacionais comparados internacionais. In: **Textos do Brasil nº 7 - Educação para um desenvolvimento humano e social no Brasil**. Brasil, Ministério das Relações exteriores: Departamento Cultural, 2000.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia (verbetes). In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo, Boitempo, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal. Revolução passiva ou contrarreforma? In: **Gramsci e o Brasil [on line]**, 2007.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. São Paulo: Marília: UNESP.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918- 1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. **Transformações: matrizes do século XXI**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos**. São Paulo, Hucetec, 1980, p.50.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v.1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do cárcere. v.2. Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. **Cadernos do cárcere. v.3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere, v.5. Il Risorgimento – notas sobre a história da Itália**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Carta 83, de 7 de setembro de 1931. **Cartas do Cárcere**. Galiza: Estaleiro Editora, 2011.

_____. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. A Liga das Nações. **Escritos políticos (1910- 1919)**. Lisboa, Pt.: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. Internacionalismo Y política nacional. **Escritos políticos (1917-1933)**. Cerro del Agua, Mx: Siglo XXI Editores, 1981.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, v. 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 2 reimp. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: _____; SALIBA, Cibele. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, João Márcio. **Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60)**. *Varia História*. Belo Horizonte, vol.28, n° 47, pp. 391-419, jan/jun, 2012.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda Conservadora: o emergente Movimento Escola Sem Partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordaza e do partido único a serviço do capital** [e-Book]. Minas Gerais, Uberlândia: Navegando publicações, 2018. DOI: 10.29388/978-85-53111-27-5-0-f.17-48.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Organismos supranacionais: a construção de uma concepção de mundo em torno da integração da educação superior - o caso do Brasil. **Revista Trabalho Necessário** [on line]. UFF:NEDDATE, ano 10, n° 14, 2012.

NOTAS

1 Este texto é uma versão revista e ampliada do Trabalho apresentado no *X Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado Ampliado*, na Mesa intitulada *Estado, luta de classes e educação: a atualidade do pensamento de Antonio Gramsci*, coordenada por esta autora, realizado pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Estado e Poder no Brasil (ICHF/UFF), entre os dias 23 e 25 de outubro de 2018, no Campus Gragoatá, Niterói – RJ. UFF:ICHF:NPEEP, 2018

2 Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu* da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: a contribuição do pensamento latino-americano (GPETED)/Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq/PROPI/UFF. Editora-Chefe da Movimento-revista do programa de pós-graduação em educação e da Faculdade de Educação (UFF). E-mail: zuleidesilveira@gmail.com

3 O capitalismo contemporâneo se desenvolve a partir da crise estrutural dos anos 1970, portando caráter rastejante e universal (MÉSZÁROS, 2006), cujos desdobramentos são visíveis na temporalidade neoliberal em curso.

4 A nova vulgata traz em seu bojo as noções de Estado mínimo, globalização, empregabilidade, competências, sociedade pós-industrial ou pós-fordista, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, reestruturação produtiva, qualidade total, bioengenharia, multiculturalismo, micropoder, etc., cuja finalidade é justificar reformas no aparelho de Estado e na relação capital, trabalho e educação. Para Bourdieu e Wacquant (2001), “os efeitos da nova vulgata são tão poderosos e perniciosos que ela é veiculada não apenas pelos partidários do neoliberalismo, mas por produtores culturais e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas”.

5 Desde 2008-2011, quando da produção de sua tese doutoral, esta autora vem empregando a categoria contrarreforma com o objetivo evidenciar o caráter contrarreformista das políticas neoliberais, particularmente aquelas aplicadas no campo da educação. Ao mesmo tempo em que se apropria da análise de Coutinho (2007), aponta, com Gramsci (2002), que o fenômeno da contrarreforma pode se manifestar em outras temporalidades que não a da Reforma Protestante. Tendo como traço marcante a “combinação entre o velho e o novo” com preponderância do velho sobre o novo, o processo de contrarreforma, embora

apresentado como “reforma” (uma forma progressista de renovação), a contrarreforma possui caráter conservador na medida em que seu movimento é altamente regressivo, chegando a retirar das classes subalternas algumas conquistas conseguidas por mediação de mudanças reformistas. Tal caráter contrarreformista se torna mais visível no atual governo Bolsonaro.

6 Entendermos que o fenômeno da internacionalização da economia compreende a internacionalização do processo produtivo e, portanto, da tecnologia, envolvendo, também, a internacionalização do trabalho e seu correlato, a educação.

7 Tomamos por base a Teoria marxista da dependência que aceita a possibilidade do desenvolvimento capitalista na periferia, enfatizando, porém, a forma dependente, associada e subalterna que o empresariado local/brasileiro adota em relação ao capitalismo central. Ancorada em conceitos como modo de produção, divisão internacional do trabalho, superexploração do trabalho, mercado mundial, lucro, acumulação de capital, monopólio e concorrência, imperialismo e subimperialismo, atraso e subdesenvolvimento, a teoria marxista da dependência contribui para o entendimento de questões como: a expansão do capital em escala global, os processos de integração e regionalização, a extensão da lei do valor e da superexploração do trabalho como mecanismos de compensação das desigualdades que acarretam a superprodução e superacumulação do capital no contexto de organização flexível do trabalho.

8 Entendemos, com Ianni (1996, p. 315), que a noção de tecnocracia envolve, fundamentalmente, o conjunto de intelectuais (economistas, engenheiros, agrônomos, geólogos, urbanistas arquitetos, educadores, projetista, etc.) que exercem as principais atividades no processo de elaboração, execução e controle das políticas públicas, dando-lhes um caráter eminentemente técnico.

9 As siglas correspondem, respectivamente, a Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

10 Como ilustração, podemos citar a Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1999), na qual ministros de educação assinaram a declaração-compromisso de modificar os rumos das políticas educacionais coerentemente com os interesses do capital; a Conferência Catalisando Futuros Urbanos Sustentáveis (BM, 2019), na qual prefeitos e intelectuais envolvidos na burocracia estatal se comprometem a atingir as metas em torno do desenvolvimento sustentável dos centro urbanos; o Comitê de Políticas Educacionais (OCDE) que, desde o ano de 2007, assessora e coordena (coerção + persuasão) a execução de políticas educacionais, desenvolvidas por parte dos ministérios de educação (em nível internacional), com eficiência e eficácia, aperfeiçoando os resultados (e não o processo) de aprendizagem; a Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Mercosul, que reúne altas autoridades em ciência e tecnologia com vistas a estabelecer as bases conceituais, a estrutura organizacional, os instrumentos de financiamento e as formas de avaliação dos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação dos Estados Partes e Estados Associados do Mercosul.

11 De Roio (2018) ao analisar a temporalidade neoliberal, em curso, evidencia que ela é muito mais expressão de uma crise orgânica do bloco histórico do que uma revolução passiva.

12 Sobre o caráter conservador e progressistas dos intelectuais cosmopolitas, ver Gramsci (2002, p.337-339).

13 Interessante notar a análise de Gramsci (2001a, CC.10) sobre as relações que os intelectuais estabelecem em níveis local, nacional e internacional, tomando como exemplos o papa, Croce e Gentile, todos surgem com a capacidade de exercer a hegemonia.

14 Adiante, ainda nesta terceira seção, remeteremos à noção de hegemonia nos próprios termos de Antonio Gramsci.

15 A análise de Dias (2000) sobre a construção do conceito de hegemonia, em Gramsci, corrobora as afirmações desta autora na seção em tela.

16 Se a Liga das Nações (1919-1942), precursora da ONU, reunia à época chefes de Estado, os atuais organismos supranacionais sustentam seu poder privado com ministros e secretários de Estado, empresários, engenheiros, executivos, analistas e cientistas e intelectuais da educação, entre outros tecnicistas.

17 Ao invés de escrever “nível nacional”, poderíamos ter escrito “Estado de capitalismo dependente”. No entanto, entendemos que as relações imperialistas se manifestam, até mesmo, no seio de países de capitalismo central.

18 Referimo-nos à Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que estabelece uma integração física entre territórios dos Estados-Partes do Mercosul, via ferrovias, hidrovias, rodovias, construção de hidrelétricas, portos, e setores da comunicação e informação, tendo como matriz o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

19 As siglas significam, respectivamente, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fórum Econômico Mundial (mais conhecido como Fórum de Davos devido às reuniões anuais realizarem-se em Davos, na Suíça), Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe, TROIKA - trio formado entre Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

20 Aqui parafraseamos István Mészáros em O século XXI; socialismo ou barbárie?

21 Cristovam Buarque teve rápida passagem no Ministério de Educação, permanecendo no cargo entre os anos 2003 e 2004.

Recebido em 12 de abril de 2020

Aceito em 22 de junho de 2020

Editado em julho de 2020